

ABORDAGEM MIDIÁTICA SOBRE A VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS

Gardene Leão de Castro Mendes
UCG e Casa da Juventude.
Comunicação
Cultura e Processos Educacionais.

O objetivo deste estudo foi analisar as abordagens do jornal *O Popular* sobre a violência policial contra jovens. Focamos especificamente em violência policial porque, em Goiânia, nos últimos anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens aumentaram consideravelmente. Através da teoria do enquadramento, instrumento de análise do conteúdo midiático, buscamos verificar, na formatação das notícias, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Percebemos que o enquadramento feito pelo jornal *O Popular* foi o da presunção da culpa e da criminalização dos jovens e da inocência dos policiais. Consideramos que a divulgação da mídia goiana (Jornal *O Popular*) com abordagem da presunção da culpa dos jovens reflete na construção de pré-conceitos sobre a juventude formulados pela sociedade e também por agentes da educação.

Palavras-chave: juventude, mídia e violência.

O presente estudo teve como objetivo analisar como foram feitas as abordagens do *Jornal O Popular* sobre a violência policial contra jovens no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Tal projeto encontrou motivação, primeiramente, na importância de se falar sobre juventude, já que esse é um tema que vem sendo discutido amplamente não só na academia, mas na sociedade em geral e nos meios de comunicação. Além disso, sabemos que os meios de comunicação, não raro, tratam a temática da juventude de forma genérica, com alarde, para atrair a atenção de seu público leitor. Como afirma Carmo (2001, p.11): “No Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência.”

Ainda segundo o autor, a mídia, buscando suprir seus leitores com notícias, tenta fazer reportagens instigantes que muitas vezes não abordam a totalidade dos fatos e acabam deturpando-os, cometendo alguns exageros.

A imprensa, muitas vezes no afã de relatar casos interessantes, transforma um crime envolvendo um grupo de rapazes com tênues ligações entre si em uma ação de gangue organizada. Na pressa para obter dados, pode-se transformar um bando de arruaceiros em gangue organizada, o que torna maior o interesse dos leitores. (CARMO, 2001, p. 12)

Como está descrito na pesquisa do Projeto Juventude, feita pelo Instituto Cidadania, os brasileiros de 15 a 24 anos somam 34 milhões, representando cerca de 20% da população brasileira. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 9)

A pesquisa do Projeto Juventude também revelou que 11% dos jovens brasileiros já sofreram diferentes formas de violência física. “Cerca de 20% dos jovens entrevistados já foram assaltados, enquanto 46% perderam algum parente ou amigo de forma violenta”. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p.13). Como resultado dessa

realidade, a violência aparece como um dos maiores fatores de preocupação entre os jovens brasileiros.

Em Goiânia, a juventude também representa uma grande parcela da população. Segundo os dados do IBGE, divulgados em 1996 e 1997, existem 221.000 jovens na cidade, na faixa etária de 15 a 24 anos, representando 22,1% de sua população total.

Um dos grandes problemas relatados pelos jovens goianienses, segundo a pesquisa Retratos da Juventude Goiana (2001, p.71), é a violência, apontada como um dos maiores incômodos pela maioria dos garotos do sexo masculino de 15 a 16 anos.

Como podemos perceber, a juventude representa uma grande parcela da população brasileira e goianiense que vivencia situações de exclusão e violência. Por isso o interesse em verificar de que forma a realidade da violência é relatada pela mídia à população, em especial pelo jornal *O Popular*, por esse ser um importante veículo formador de opinião em Goiás.

Focamos em nosso trabalho especificamente a violência policial devido ao fato de que, em Goiânia, nos últimos dois anos, segundo dados da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, os casos de violência policial contra jovens vêm aumentando consideravelmente.

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A NOVA DEMOCRACIA, 2007, n° 33)

No ano de 2006, especificamente, foi fundado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial Contra Jovens*, formado por famílias de jovens vítimas da violência policial, destinado a divulgar desaparecimentos e execuções cometidas pela polícia e exigir a investigação e punição dos responsáveis, inclusive do estado. O Comitê também pretende identificar outras situações em que a população encontra-se sujeita às arbitrariedades policiais - como nos casos de saques aos comerciantes, agressões aos trabalhadores ambulantes e à juventude da periferia. Conforme está relatado na carta de lançamento do comitê:

O Estado de Goiás figura entre os sete estados em que mais ocorrem homicídios cometidos por policiais no Brasil. Exemplo da abordagem truculenta policial foi o que aconteceu com o jovem Lindomar Pedroso de Araújo, de 22 anos na época, que fora detido, sofreu tortura e, após seis meses da prisão, foi morto dentro de casa. Esse caso teve pouca repercussão na mídia. Registra-se que grande parte dos fatos delituosos cometidos por policiais ocorrem na periferia de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, sendo que os mesmos não se identificam quando das abordagens. (COMITÊ, 2006, p.02)

Esse grande aumento dos números de casos de violência policial contra jovens nos motivou a verificar como o jornal *O Popular* relatou esses casos no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Escolhemos esta data porque o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* foi fundado no dia 28 de abril de 2006 e porque quisemos verificar como o jornal *O Popular* cobriu esse evento.

Para analisar as notícias publicadas, utilizamos como referencial teórico a teoria do enquadramento. Conforme afirma Lima (2006, p.17), essa teoria é o instrumento que a mídia usa para interpretar as notícias que oferece à sociedade. Os jornalistas fazem os seus enquadramentos para estruturar e fazer com que a informação que transmitem tenha sentido. Para realizar esse enquadramento, aspectos como

ideologia, normas e posicionamento político do veículo de comunicação diante de determinados temas são fundamentais.

Ao ressaltar certos aspectos, destacando-os ou excluindo-os, o enquadramento da notícia pode levar a uma percepção de um fato diferente do que ele provocaria se esse enquadramento não acontecesse. Logo, o enquadramento ajuda a determinar como a notícia será apresentada ou até mesmo se um fato será transformado em notícia. Segundo Bonfim:

O método de interpretação baseado nos enquadramentos estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia ou na construção da “estória”. Dispositivos de enquadramento são: metáforas, os exemplos históricos, as citações curtas, as descrições e imagens. (BONFIM, 2005, p.77)

Assim, através da teoria do enquadramento, analisamos, na formatação das notícias sobre os casos de violência policial contra jovens divulgadas no jornal *O Popular*, elementos que orientassem o público a uma determinada interpretação dos fatos. Vale destacar que até mesmo a omissão de fatos ou de detalhes de determinadas notícias são fatores importantes nessa categoria de análise.

Conceitos e Imagens sobre Juventude

A juventude é um tema que vem sendo discutido desde que a história vem sendo registrada. Existem várias tentativas de definir uma faixa etária ou características comuns aos jovens.

Aristóteles, filósofo, já relatava algumas características inerentes aos adolescentes: inclinados a fazer o que desejam, atraídos pelos prazeres amorosos, impulsivos, deixam-se conduzir pela cólera, revoltados quando se julgam injustiçados, confiantes, ingênuos, cheios de esperança, generosos, se julgam merecedores de grandes coisas, guiados mais pela índole do que pela razão, fazem tudo em excesso, julgam saber tudo, amam o risco etc.

Mesmo que de forma indireta, as várias instituições como o Estado, a igreja, a família, os meios de comunicação, a academia, entre outros, também vêm tratando sobre o tema. Nos últimos anos, no Brasil, esse assunto tem adquirido grande importância em muitos campos de discussão, principalmente no meio acadêmico.

Como afirmam Alpizar e Bernal:

...foi no meio acadêmico que se desenvolveu o conhecimento “científico”, assegurado como conhecimento válido e supostamente neutro e que tem servido geralmente para legitimar práticas e mecanismos de controle das pessoas jovens. (ALPINAZAR; BERNAL, 2002, p. 22)

Apesar dessa suposta validade exata do conhecimento científico, é preciso verificar que os vários conceitos sobre os jovens também sofreram a influência da sociedade através das concepções políticas, econômicas, culturais e sociais que muitas vezes acabaram por legitimar as normas, práticas e conceitos pré-estabelecidos.

Devido à grande importância da discussão do tema juventude e das várias abordagens já feitas sobre o assunto, apresentamos as conceituações sobre o tema ao longo da história, no Brasil, para entender suas diferenças e limites, buscando reconhecer como os jovens vêm sendo vistos pela sociedade e pelas instituições.

Um dos conceitos construídos sobre a juventude, principalmente pela psicologia, definiu os jovens como problema, com características como rebeldes sem

causa, bagunceiros, arruaceiros, sem princípios éticos e morais; enfim, como uma fase de riscos e de crise.

Alpizar e Bernal relatam:

Em primeiro lugar, é preciso situar uma das perspectivas que teve maior impacto no imaginário social sobre a vida das pessoas jovens: a juventude como problema, como etapa de crise e de presença comum de patologias. Essa perspectiva implicou uma visão da adolescência e da juventude como um momento de “risco” ou “perigo” quanto à constituição de uma personalidade sadia, não patológica. (ALPINAZAR; BERNAL, 2002, p. 22)

Seguindo essa linha, a juventude seria apenas um caminho para se tornar adulto, momento supostamente de maior discernimento do ser humano, em que os valores da sociedade são finalmente interiorizados e a pessoa passa a viver de acordo com os princípios éticos e com a conduta moral estabelecida.

Essa visão acompanha a tendência de analisar a juventude basicamente como um momento de transição de duas fases: da criança ao adulto. Além de correr o risco de homogeneizar os jovens com características imutáveis e com um viés negativo, essa concepção não aborda a diversidade e a pluralidade dos mesmos. Como percebemos, essa perspectiva acaba enquadrando os jovens no sentido de que eles só serão pessoas completas quando se tornarem adultas e se ajustarem aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade.

A análise “negativa” da juventude traz a tona um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os jovens são muitas vezes vistos pelas instituições como rebeldes, transgressores das normas, criminosos, violentos, sem consciência crítica etc, também se tornaram para a sociedade um “modo de vida”, um padrão a ser seguido e cultuado devido às características colocadas como próprias dessa fase: uma suposta liberdade, eterna beleza, pleno vigor físico etc.

Outra linha de abordagem de estudo da juventude é o da faixa etária. Segundo Abramo e Leon (2005, p.7), no Brasil existe a tendência baseada em critérios estabelecidos pelas Nações Unidas e por instituições oficiais (como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), de localizar tal faixa etária entre os 15 e 24 anos.

O único problema dessa análise é que, ainda assim, os jovens acabam sendo caracterizados como um grupo homogêneo, identificado apenas por uma fase vivida em um determinado período da vida.

Mesmo que a juventude seja definida através de uma faixa etária, também é preciso identificar suas diferenças, com as mais diversas influências e formas de comportamentos e expressões, para que esse fenômeno seja mais bem compreendido.

Outra corrente interessante na análise dos jovens, mas que também não aborda a sua totalidade, é o de geração, que afirma que o ser humano é construído socialmente, influenciado por aspectos culturais, sociais, familiares etc e por isso acaba se associando em grupos, determinados principalmente em idades específicas, encontrando, assim, o seu referencial de identidade e costumes.

Foracchi (1972, p. 20) afirma que uma geração compartilha um acervo comum de experiências que acabam criando uma identidade de vivências. Segundo ela, a geração constitui uma modalidade particular de localização social.

Há uma “tendência”, inerente a cada geração, que pode ser determinada pela natureza particular da locação como tal, a qual é sociologicamente estabelecida pelo tipo de relações de locação que mantém outros membros da sociedade, diferentemente situados diante do processo histórico-social. (1972, p. 20)

Para Alpizar e Bernal (2002, p. 30), o conceito de geração tem servido para construir estereótipos sobre as pessoas. Assim, tende também a homogeneizar os/as jovens, com características comuns a todos que fazem parte da geração jovem do momento.

Como podemos ver, esse conceito é importante para entender que determinados grupos se relacionam em pares em uma mesma geração e que existem conflitos nas diferentes gerações, por vivenciarem diferentes épocas, linguagens, costumes e tradições. Contudo, o mesmo ainda não abordou a totalidade da diversidade da juventude.

Outra linha de estudo sobre a juventude e que trata de forma mais ampla sua diversidade são os estudos sócio-culturais, que trazem aspectos mais abrangentes para sua análise, afirmando que existem fatores sociais e culturais que influenciam na formação de diversas juventudes.

Como afirmam Alpizar e Bernal (2002, p. 28), “os estudos sócio-culturais ressaltam a diversidade de formas de expressão da juventude (culturas juvenis) e salientam a diversidade do que é juvenil (identidades juvenis)”.

Segundo Carmo (2001, p. 11) “está claro que definir o que é jovem é difícil. Falar da “juventude brasileira”, no singular, é muito vago...”

Por isso precisamos entender que a juventude não pode ser analisada de forma uniforme e fechada, com características universais ou com noções pré-concebidas. Existem várias juventudes, influenciadas por suas diversas vivências culturais, históricas, sociais, econômicas, pelas relações de poder, entre outras.

Nesse trabalho nos apropriamos dos conceitos dos estudos sócio-culturais para definir e entender as diferentes juventudes, pois acreditamos que esse é um fenômeno difuso, com características plurais.

Para facilitar as análises, além de nos apropriarmos dos estudos sócio-culturais, trabalhamos com o recorte que define os jovens dentro da faixa etária de 15 a 29 anos, a mesma utilizada pela Secretaria Nacional da Juventude do Brasil.

Assim, tendo como base o conceito das juventudes, verificamos como o jornal *O Popular* tratou a questão da violência praticada por policiais contra jovens em Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006, buscando perceber, inclusive, se o jornal divulgou um padrão específico de comportamento para a juventude.

Análise de matérias do *O Popular* que abordaram a violência policial contra jovens

Ao fazer a análise das notícias sobre violência policial publicadas no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, período em que foi lançado o *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* (26 de abril de 2006), encontramos 15 matérias relacionadas com a temática juventude e violência.

Destas, quatro trataram diretamente dos casos de violência policial contra jovens; uma apontou o controle e combate à violência como sendo uma das principais demandas sociais de Goiás; três apresentaram jovens assassinados, sem apontar os culpados e quatro apresentaram casos de jovens que cometeram crimes.

Percebemos que foram poucas (somente quatro) as notícias do *O Popular* que abordaram diretamente a questão da violência policial contra jovens no período pesquisado.

Em nossa análise, verificamos que o principal enquadramento que *O Popular* deu na publicação das notícias sobre a violência policial contra jovens foi o direito de defesa da polícia.

A versão divulgada e os enfoques das matérias foram direcionados pela Gerência de Correições da PM. Não foram feitas entrevistas com familiares das vítimas, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiânia ou com o Ministério Público do Estado.

Sabemos do peso e o papel da mídia na formação de opiniões e no debate público. Por isso consideremos que seria importante a apresentação dos casos de violência policial de forma imparcial, já que o tema atinge e aflige diretamente a população.

Entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial

Para trazer mais elementos de análise para esta pesquisa, fizemos uma entrevista com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. Divino é pai de Rodrigo Dias Barco, que aos 19 anos foi assassinado por policiais militares, em Goiânia, Goiás.

Perguntado sobre como era a relação do jornal *O Popular* com o Comitê na época de seu lançamento, ele afirmou que esta relação era praticamente inexistente. Também disse, ainda, que o jornal utilizava sempre a polícia como fonte de informação, sendo que os familiares eram poucas vezes ou quase nunca procurados para dar sua versão dos fatos. Segundo ele:

A relação praticamente não existia. O Comitê não era reconhecido ainda e o Jornal *O Popular* não tinha interesse em fazer cobertura dos casos de violência policial porque o objetivo dele era acobertar os feitos da polícia, dando continuidade pelo corporativismo por ele praticado. Os jornalistas só tinham ouvidos para a polícia. Eu tentei procurar o jornal para ter o direito de resposta de acordo com a notícia que eles soltaram, eles enrolaram e não me deram direito de resposta.

Divino também afirmou que o Jornal *O Popular* transformou seu filho em bandido para justificar a ação da polícia.

O que eles fizeram foi transformar meu filho em bandido. No caso do meu filho, ele nunca teve passagem pela polícia, nunca foi a uma delegacia nem para prestar depoimento. Ele trabalhava, ganhava bem, 900 R\$, um salário bom para uma pessoa nova. Nas notícias publicadas, ele foi colocado como se fosse bandido, como se ele tivesse trocado tiros com a polícia. O próprio laudo cadavérico desmente a versão dos policiais. Eles disseram que o meu filho lutou e o laudo disse que ele não tinha nenhuma lesão nos braços e nas pernas que indicasse luta. Meu filho foi executado de joelho. O exame cadavérico releva que no primeiro tiro ele foi eliminado. Eles deram seis tiros e tudo bem caracterizado, de cima para baixo. A pessoa não precisa ser um especialista para saber que se o tiro vem de cima para baixo, o executor dos disparos estava em cima de uma casa ou o menino está de joelhos. Então como poderia ter havido luta corporal? Isso não existe.

Lembrando que, conforme verificamos na análise das matérias publicadas no período do lançamento do Comitê, foi afirmado que na maioria dos casos em que os jovens foram assassinados por policiais houve confronto com a polícia. Como ilustra a notícia publicada no dia no dia 06 de março de 2006:

Dos 26 inquéritos recebidos este ano pelo juiz da 1º Vara Criminal, em pelo menos 80% as vítimas de homicídio tinham passagem pela polícia. Em mais de 70% dos casos as vítimas morreram em confronto com policiais durante a

ação criminosa ou na tentativa de fuga após assaltos... (O Popular, Cidades, p.3, 06/03/2006).

Isso contradiz o depoimento de Divino, que afirmou que seu filho nunca teve passagem pela polícia. Por isso deduzimos que o jornal utilizou a polícia como fonte das informações, sem confrontá-las com os depoimentos dos familiares, atitude essa que daria uma visão mais alargada do assunto, o que diminuiria a parcimônia.

Divino ainda reafirmou, durante a entrevista, que a única fonte de informações do jornal *O Popular* foi a polícia:

O jornal O Popular sempre coloca a versão da polícia. Era só com o fato consumado no local. Dificilmente procuravam os pais das vítimas para contrastar as duas versões, soltando assim, a versão que eles concluíam de forma irresponsável e agonizante para os familiares...

Para concluir, ele ainda faz um pedido:

Eu gostaria que esses jornais ouvissem os dois lados, que existisse justiça. O Jornal O Popular está começando a cair porque está faltando a verdade. Na cobertura da violência, eles só amparam a classe mais forte e a classe mais fraca fica desfavorecida. O jornal, além de ter um preço exorbitante, não ampara os desfavorecidos. Eles dão sustentação à elite que eles carregam...

O depoimento de Divino reforça a idéia de que os casos publicados pelo jornal, onde as vítimas são colocadas, muitas vezes, como bandidos, não condizem com o depoimento dos pais e dos familiares, que afirmam que seus filhos nem mesmo tinham passagem pela polícia.

Considerações finais

Diante da análise dos casos de violência policial contra jovens publicados no jornal *O Popular*, de 15 de abril a 15 de maio de 2006, percebemos que o enquadramento feito foi o da presunção da culpa dos jovens e da inocência dos policiais. Esse enquadramento teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*.

Confrontando essa realidade com os depoimentos apresentados pelos familiares das vítimas da violência policial, percebemos que o enfoque das matérias foi tendencioso no sentido de justificar as atitudes da polícia, que estaria sempre disposta a investigar e colaborar para que o problema se resolvesse.

Conforme a citação da publicação *A Nova Democracia* (A Nova Democracia, 2007, n°33), em Goiás, policiais militares cometeram homicídios contra pessoas que, em grande parte, não tinham passagem pela polícia:

De acordo com as informações da comissão, em pouco mais de dois anos, foram registrados 117 homicídios, cuja autoria é atribuída a policiais militares. Das 117 vítimas, 48,7% (57 pessoas) não tinham passagem pela polícia. (A Nova Democracia, 2007, n°33)

Esses dados e os depoimentos dos familiares contradizem a versão publicada pelo jornal *O Popular*, que afirma que a maioria das vítimas da violência policial já teve passagem pela polícia.

Esses dados também contradizem depoimentos de pesquisadores como Pinheiro (ILANUD, s.d., p.124) que afirma que os policiais, trabalhando com a concepção de manutenção da ordem, atuam punindo qualquer ação que desvie das normas, cometendo abusos, torturas, maus-tratos etc.

No documento produzido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), Pinheiro afirma que, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional que examinou o extermínio de crianças e adolescentes, 52% dos assassinatos ocorridos entre 1988 e 1990 foram cometidos por vigilantes ilegais ou policiais fazendo bico em agências de segurança. Nesse período foram assassinados 4.661 jovens com até 17 anos. (ILANUD, s.d., p.124)

O documento também aponta que os policiais militares são grandes responsáveis por homicídios de jovens.

Os responsáveis por esses homicídios são, na sua maioria, policiais militares, que estejam em serviço ou não. O relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, de 1997, constatou que os policiais acusados de crimes eram apoiados em diversas frentes. A começar pelas investigações policiais deficientes e pela maneira indulgente com que eles eram tratados pela Justiça Militar. A Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo disponibilizou o perfil das vítimas de homicídio policial no ano de 2000, de acordo com a faixa etária. Novamente constata-se que a população jovem é a mais vitimizada, representando 66,35% das vítimas dos policiais. (ILANUD, s.d., p.124)

O material ainda aponta uma pesquisa que demonstra que, de acordo com as características descritas nos processos de crimes contra adolescentes e jovens, fica claro que eles foram executados.

A paquistanesa Asma Jahangir, relatora especial das Nações Unidas sobre Execuções Sumárias e Extrajudiciais, esteve em missão no Brasil e revelou que ao ler os textos dos processos os crimes ficam evidentes. Muitas vítimas levaram tiros nas costas, disparados à curta distância – circunstância que sugere claramente uma execução. Ao entrevistar internos de centros de detenção juvenil, ela soube que 75% deles já haviam testemunhado execuções de colegas feitas pela polícia. (ILANUD, s.d., p.125)

Assim, o relato conclui:

Ou seja, a ação policial excede claramente os limites legais, manifestando-se como claro abuso de poder. A falta de interesse em puni-los faz com que esse excesso não tenha maiores conseqüências. Os inquéritos são mal instruídos, freqüentemente arquivados e, quando levados em frente, os policiais acabam absolvidos. A falta de acesso à Justiça e a leniência com que os crimes são julgados contribuem para quadro de impunidade e a falta de perspectiva de mudança. (ILANUD, s.d., p.125)

Essa realidade de abuso de poder exercido pela polícia deveria ser relatada na íntegra pelos meios de comunicação, colocando, pelo menos, as duas versões dos fatos, a das famílias e vítimas da violência policial e a da polícia. Contudo, conforme percebemos nesta pesquisa, o enquadramento dado foi apenas a versão da polícia.

Sabendo da importância e o poder dos meios de comunicação, especificamente do jornal *O Popular* - um dos principais veículos de comunicação impressa de Goiás - é imprescindível que o mesmo busque maior imparcialidade e veracidade, citando elementos de todas as possíveis fontes em suas matérias.

Isto porque a divulgação da mídia goiana (Jornal *O Popular*) com abordagem da presunção da culpa dos jovens reflete na construção de (pré)conceitos formulados pela sociedade e também por agentes da educação sobre a juventude.

Não podemos generalizar a afirmação de que o todo o conteúdo publicado pelo *O Popular* sobre os casos de violência policial é tendencioso, visto que nosso foco de pesquisa foi delimitado em um pequeno período, de 15 de abril a 15 de maio de 2006. Para afirmações mais contundentes, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto, com um foco mais amplo de análise.

Aqui abrimos a questão para que, no futuro, outras pesquisas sejam realizadas buscando analisar a cobertura dos casos de violência policial contra jovens feita pelos veículos de comunicação goianienses.

Deixamos essa provocação para outros pesquisadores continuem essa caminhada, através da análise deste tema de grande importância para a sociedade e, de modo especial, para a juventude, carente de políticas públicas e de uma atenção maior por parte dos governantes, dos meios de comunicação, das várias instituições e da sociedade.

Referências:

ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar. FREITAS, Maria Virgínia. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: Referências conceituas*. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALPIZAR, Lydia; BERNAL, Marina. *Construção Social da Juventude*. In Jovens Feministas de São Paulo – União de Mulheres de São Paulo – REDLAC (Org.), 2002.

A NOVA DEMOCRACIA, ano V, nº 33, fev.2007. Disponível em:
<<http://www.anovademocracia.com.br/33/19.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2007.

BONFIM, Willian. *O papel das fontes na construção da notícia: o agendamento do tema trabalho infantil doméstico no jornalismo impresso brasileiro, no ano de 2003*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. 174 p.

CARMO, Paulo Sérgio. Juventude no singular e no plural. In: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). *Cadernos Adenauer II, nº6, As Caras da Juventude*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

CIDADANIA, INSTITUTO. *Projeto Juventude*. Documento de Conclusão – Versão Final. São Paulo, 2004.

COMITÊ GOIANO PELO FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL. Quando a dor vira resistência. Disponível em
<<http://www.casadajuventude.org.br/index.php?option=content&task=view&id=1021>>
Acesso em: 14 de setembro de 2007.

FORACCHI, Marialice. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. Disponível em:
<http://www.unicef.org/brazil/Cap_06.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2007.

JUVENTUDE, Assessoria Especial. *Retratos da Juventude Goiana*. Goiânia: s.n., 2001.

LIMA, Venício. *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIMA, Venício *Mídia: Crise política e poder no Brasil*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.